

REVISTA PORTO

Programa de Pós-Graduação em História da UFRN

Volume 1 | Número 1 | Dezembro 2011

Bacias hidrográficas, territórios, paisagens e a história ambiental

Watershed, territories, landscape and the environmental history

Gilmar Arruda

*Professor Adjunto do Departamento de História – UEL.
Doutor em História – UNESP.*

Revista Porto 1 (1): 11-32 [2011]

Recebido em 25/08/2011. Aprovado em 25/09/2011.

Revista Porto

Resumo: Diversos autores inseridos no campo da história ambiental têm argumentado que um dos diferenciais desse enfoque historiográfico seria a preocupação com as definições dos recortes espaciais. A principal preocupação deste artigo é analisar os limites, problemas e contribuições de algumas das definições espaciais que têm sido utilizadas na história ambiental, tais como as noções/conceitos de bacias hidrográficas, paisagens e territórios.

Palavras-chaves: Bacias hidrográficas. Paisagens. História ambiental.

Abstract: Several authors in the environmental history field have argued that one of the distinguishing aspects of this historiographic approach would be the concern with the definitions of spatial limits. The main focus of this article is to analyze the constraints, problems and contributions of some of the spatial definitions that have been used in environmental history such as the notions/concepts of hydrographic basin, landscape and territory.

Keywords: Hydrographic basin. Landscape. Environmental history.

Vários autores argumentam que um dos diferenciais percebido no campo da história ambiental seria a explicitação de forma mais clara a lógica que preside a escolha dos limites espaciais. Esta preocupação se originaria no próprio desafio que os praticantes deste campo se colocaram que era o de superar a dicotomia existente entre cultura e natureza nos paradigmas das ciências sociais: “Trata-se de uma mudança séria de paradigma nas ciências sociais. Significa que o cientista social dá às ‘forças da natureza’ um estatuto de agente condicionador ou modificador da cultura.”¹ Para Drummond, uma das características metodológicas da história ambiental seria:

[...] que quase todas as análises focalizam *uma região com alguma homogeneidade ou identidade natural* [grifo do autor]: um território árido, o vale de um rio, uma ilha, um trecho de terras florestadas, um litoral, a área de ocorrência natural de uma árvore de alto valor comercial e assim por diante. Isso revela um parentesco com a história natural, que via de regra prospera melhor em cenários fisicamente circunscritos.²

O espaço é um desafio para o campo da história ambiental, como podemos deduzir das afirmações de Donald Worster, para quem a renovação historiográfica das últimas décadas, mesmo tendo ampliado a perspectiva da história ao incluir outros temas não teria ameaçado:

[...] a primazia do Estado nacional como território legítimo do historiador. A história social, a história econômica e a história cultural ainda são geralmente feitas dentro de fronteiras nacionais. Num grau realmente extraordinário no âmbito das disciplinas acadêmicas, a história (ao menos nos tempos mais recentes) tem se inclinado a permanecer o estudo insular dos EUA, do Brasil, da França e assim por diante.³

¹ DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.4, n.8, 1991.p.181.

² *Ibid.*, p.182.

³ WORSTER. Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.4, n.8, 1991. p. 01.

Toda a renovação ocorrida no campo da teoria, do método do historiador e da história não teriam sido suficientes para demonstrar aos profissionais que o espaço não é um dado bruto. Entretanto, o surgimento da história ambiental, colocou em dúvida a ordem estabelecida pelos “estados nacionais” para a narrativa dos historiadores:

Essa forma de organizar o passado tem a virtude inegável de preservar um simulacro de ordem diante de um caos ameaçador é uma maneira de sintetizar todas as camadas e forças. Mas ao mesmo tempo ela pode criar obstáculos para novas pesquisas que não se encaixara dentro de fronteiras nacionais, como é o caso da história ambiental. Muitas das questões desse novo campo desafiam uma nacionalidade estreita (...). É verdade que outros temas ambientais se desenvolveram estritamente dentro do quadro da política de uma única nação, (...) Mas nem todos o fizeram e, na história que será escrita no futuro, cada vez menos o farão.⁴

Mas, uma vez estabelecido que o espaço não é um dado bruto, que está para o pesquisador assim como tempo, sendo arbitrariamente, ainda que sob determinados critérios explicitados legitimamente na operação científica, ainda resta um problema enorme para os praticantes da história ambiental: quais as bases destes critérios e qual sua origem. A ‘homogeneização arbitrária’ do espaço ser necessária para a análise histórica, ela é como se disse: arbitrária. Algumas áreas homogêneas, por exemplo, o de Mata Atlântica, são tão amplas em espacialidade que não se sustentam quando mudamos a escala de exame. Ela pode ser válida para a escala ‘território nacional’, mas não será para a escala ‘município’. Além disso, se somarmos a idéia de escala de um tempo mais amplo para além do tempo histórico, no universo de alguns milhares de anos, a idéia de uma “mata atlântica” deixa de fazer sentido. Então as variáveis que são usadas para a definição da base física que suportam a homogeneização, ou a relação de pertinência das evidências/dedução dos eventos históricos, precisam de uma clara

⁴ Ibid., p. 02.

explicitação, ou sistematização, como condição para o estabelecimento de “verdadeiro método comparativo dentro da história ambiental.”⁵

Um primeiro movimento para o esforço de sistematização poderia ser o de perceber a relação existente entre a natureza e a sua incorporação nos processos de construção de determinadas espacialidades políticas e/ou simbólicas, como a idéia de ‘região’. Pode-se abandonar a noção de ‘região’, como Cabral, para quem a sua adoção não seria um bom caminho, uma vez que seria necessário dialogar com uma ‘extensa’ tradição intelectual, a da geografia, que já vem discutindo este conceito há mais de um século. De fato, este seria um caminho perigoso e, talvez, com pouco resultado. Porém, como sugere o autor, não se deveria aceitar também qualquer recorte como uma região. O autor sugere que, para escapar da armadilha da ‘região’, “Ao invés de naturalizar a região, melhor seria, a meu ver, proceder da forma inversa e culturalizar recortes naturalistas.”⁶ Ou como já havíamos sugerido, o caminho a ser adotado seria o de “desnaturalizar” a região, inquirindo sobre os caminhos que permitiram o surgimento de determinados discursos e práticas que articulam uma dada natureza, um dado território, um determinado povo a um imaginário que se denomina regional, seja ele denominado de norte, oeste, ou sul, não importa.⁷ Essas são armadilhas contidas nas espacialidades ‘naturalizadas’ ao longo do tempo, construídas pelos homens, que são, como foi afirmado, uma das formas de apropriação da natureza. Uma outra noção existente e inerente às delimitações espaciais é a de fronteira. A fronteira tem seus pressupostos no campo social assim como o fenômeno da região. Tanto os fenômenos das fronteiras quanto os das regiões buscam na natureza, elementos para neutralizarem os conflitos, as lutas de poder pelo território, que estão nas suas origens. A natureza aparece assim como um dado “pacificador” de disputas. A imagem de um rio, por exemplo, é tida como um limite mais estável e isento de conflitos do que uma linha representada em um mapa, como é o caso do rio Reno, visto como fronteira “natural” entre França e Alemanha.

⁵ CABRAL, Diogo Carvalho. A bacia hidrográfica como unidade de análise em história ambiental. *Revista de História Regional*, ano 12, n.1, p.133-162, verão, 2007. p. 137.

⁶ Ibid.

⁷ ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru: Edusc, 2000. p. 53.

Sobre as fronteiras naturais, no entanto, é bom lembrar das advertências colocadas por Lucien Febvre:

Deixemos à astúcia de uns, à ingenuidade de outros, a ‘fronteira natural’: não há senão fronteiras humanas. Elas podem ser ‘justas’ ou ‘injustas’, mas não é a ‘natureza’ quem dita a equidade ou aconselha a violência. Deixemos ‘a raça’, sobretudo aos maus pastores. Ela lhes pertence por direito de invenção.⁸

A desnaturalização da região/fronteira pode ser realizada com a historicização dos elementos constitutivos de seus limites e implicações. Uma “arqueologia” do surgimento, da construção, da sua abrangência e usos, nas evidências lingüísticas, cartográficas e paisagísticas seria uma estratégia segura. Uma arqueologia deste tipo buscaria as práticas, discursos e conflitos que tornaram possível a construção de uma região ou das fronteiras.

Para esta arqueologia, todos os documentos seriam válidos: “Todo relato é um relato de viagem - uma prática de espaço, as fronteiras são uma prática de espaço.”⁹ Nos relatos - de viagem, cartorários, escrituras, judiciais, encontramos as pistas da construção da região e marcação das fronteiras:

As operações de ‘demarcação’, contratos narrativos e compilações de relatos, são compostas como fragmentos tirados de histórias anteriores e ‘bricolados’ num todo único(...) Constituem, conservada nos fundos dos cartórios, uma imensa literatura de viagens, isto é, de ações organizadas de áreas sociais e culturais mais ou menos extensas. Mas essa literatura representa apenas uma parte ínfima(aquela que se escreve em pontos litigiosos) da narração oral que não cessa, trabalho interminável, de compor espaços, verificar, confrontar e deslocar suas fronteiras.¹⁰

⁸ FEBVRE, Lucien. *O reno: história, mitos e realidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 20.

⁹ CERTEAU, Michel. Op. cit., p. 200.

¹⁰ Ibid., p. 208.

Os documentos, em suas séries, constituem-se em camadas sucessivas de significação e organização do espaço, historicamente marcadas, devendo servir para realizar a arqueologia da composição das regiões e das fronteiras. Não se trata de buscar o ponto zero de enunciação da organização e disposição do espaço, mas apontar como esta mesma organização e disposição não é estática, fixa e natural. Ela muda, às vezes mais lentamente, às vezes abruptamente, como no caso dos processos de colonização acelerada nas regiões norte e oeste do Estado do Paraná, na primeira década do século XX.¹¹

Embora o espaço do estado-nação ou do regional sejam perigosos, limitadores ao pesquisador da história ambiental, existem outros problemas nos procedimentos de demarcação de espaços provenientes de outras ciências, especialmente as que se dedicam ao tema ambiental, utilizando-se de noções como, por exemplo, o de “ecossistema”. Esta noção, em alguns casos, pode ter uma precisão razoável ao indicar as vinculações de “elementos orgânicos com os inorgânicos” em um local específico, formatando uma possível singularidade, como um pequeno lago. Porém, em outros casos, a noção amplia-se espacialmente envolvendo a idéia, por exemplo, de “ecossistema” da floresta amazônica ou de Mata Atlântica, o que a torna inoperante para alguns temas na história ambiental de pequena escala, como foi afirmado anteriormente.¹²

Considerando que a questão central para a história ambiental seria a relação entre os homens e a natureza, a noção espacial de uma floresta amazônica ou de floresta atlântica, dada a diversidade de população e ações humanas ao longo do tempo, tornaria quase impossível sua utilização por esse campo historiográfico. Devemos considerar a validade dessa ressalva em uma perspectiva espacial micro, ou circunscrita em termos territoriais e fenômenos ambientais, mas talvez não tenha validade para alguns fenômenos ambientais-naturais, resultados da ação antrópica ou não, como, por

¹¹ Sobre este processo foram realizadas ao longo das últimas décadas importantes pesquisas que procuraram “desconstruir” a idéia de região e “marcha do café”. Ver especialmente TOMAZI, Nelson Dácio. *Norte do Paraná: histórias e fantasmagorias*. Curitiba: UFPR, 1997; MOTA, Lúcio Tadeu. *A guerra dos índios kaingang: a história épica dos índios kaingang no Paraná (1796-1924)*. Maringá: Eduem, 1994; e também ARRUDA, Gilmar. Op. cit.

¹² WORSTER. Donald. Op. cit., p. 07.

exemplo, o impacto do efeito estufa sobre as florestas ou nas alterações climáticas globais. Além disso, a noção de eco-sistema ao ser incorporada pela história ambiental, sem as ponderações necessárias, transfere para dentro do campo das humanidades o perigo da idéia de determinismo biológico, ou geográfico, para as ações humanas. A sobre-determinação do suporte físico ou ‘determinismo mesológico’, ‘determinismo geográfico’, parecem já terem sido superadas, na medida em que se reconheceu o componente da cultura na formação da paisagem, ou como quer a história ambiental, reconhecer a influência mútua.

Na busca de definições espaciais que contemplem uma maior explicitação dos seus limites, escapando das armadilhas das noções de ‘região’, de fronteira, ou de estado-nacional, a história ambiental tem recorrido ao diálogo com outras disciplinas como a geografia, a botânica, a geologia, etc. Um dos conceitos incorporados e manejados tem sido o de “bacia hidrográfica”. Foi com esta perspectiva que foi incorporado, como instrumento na pesquisa em desenvolvimento mencionada anteriormente, o conceito de “bacia hidrográfica” do rio Tibagi, extraído do campo da geografia física, ou propriamente, da “geomorfologia fluvial”. O conceito foi incorporado como um recurso para a delimitação espacial para a análise dentro do campo da história ambiental.¹³

Entretanto, a definição do conceito de bacia, propriamente a área de drenagem de um determinado rio principal, no caso o Tibagi, pode enfrentar dificuldades tanto no campo da própria geografia quanto em outras ciências próximas com as quais a história ambiental tem procurado dialogar. No caso da bacia do Tibagi, os estudos feitos por geólogos, botânicos, climatologistas, ictiologistas mostraram que há muitas diferenças entre os setores do curso do rio da sua nascente até a sua foz. Diogo Carvalho de Cabral argumenta que a escolha de uma ‘bacia hidrografia’ como unidade física para análise dos eventos humanos é plenamente aceitável se houver uma clara historicidade construída nas formas de sua apropriação ao longo do tempo, o que no caso de seu estudo refere-se ao processo de assentamento humano e extração da madeira: “a expressão bacia de drenagem adquire, portanto, o significado de uma verdadeira

¹³ CABRAL, Diogo Carvalho. Op. cit., p. 139.

unidade de organização sócio-econômico-ambiental, na medida em que representa a cristalização do funcionamento amalgamado de uma formação social historicamente contextualizada – a socioeconomia fluminense colonial tardia – e de um sistema geobiofísico – a bacia hidrográfica da Baía de Guanabara.”¹⁴

A utilização da noção de bacia hidrográfica, ou área de drenagem, já havia sido mencionado também por Donald Worster que, preocupado com o uso e a degradação da água pela sociedade industrial, comentou a contribuição de Robert Curry,

[...] [o qual] tem argumentado que a área de drenagem é a mais apropriada unidade para pensar e tratar com a natureza. A área de drenagem é todo um conjunto complexo da fauna e da flora de uma região, a geoquímica, uma energia singular, um sistema independente, num balanço dinamicamente equilibrado entre as forças de erosão e construção, produtividade e dádiva. Cada área possui seu próprio e peculiar formato e sua própria forma de movimento direcionando a um elegante equilíbrio das forças.¹⁵

De fato, a história ambiental procura ter uma precaução, ou esforço, em definir mais claramente e consistentemente a espacialidade que são objetos de estudo. Esta preocupação resulta, sem dúvida, da própria definição de seu campo em estudar as relações entre a natureza e o homem, atribuindo um certo grau de agência ao meio. A utilização da idéia de ‘bacia hidrográfica’, ou mais propriamente ‘área de drenagem’, como foi apontado anteriormente, parece ser uma solução bem sucedida em estudos que abordem uma temática, ou um processo histórico, recorrente em todo o limite abarcado pela bacia, como a exploração madeireira estudado por Diogo Cabral de Carvalho. Neste caso, a relação espacialidade/tema permite a investigação aprofundada; a seleção dos corpos documentais e o estabelecimento das periodizações – permanências/mudanças – ocorridas no objeto de estudo ao longo do tempo.

Porém, se a temática de investigação não estiver restrita a um determinado processo da relação homem x natureza, o que manterá a unidade da investigação será a própria bacia e a investigação se dará na procura das ‘funções’ que lhe foram atribuídas

¹⁴ Ibid., p. 144.

¹⁵ WORSTER. Donald. Thinking like a river. In: _____. *The wealth of nature: environmental history and the ecological imagination*. New York: Oxford University Press, 1993. p. 124.

pelos homens ao longo do tempo. A busca dos corpos documentais para a investigação desta ou aquela ‘função’ seria invertida na sua lógica. Primeiramente a definição da bacia e, depois, a investigação dos processos da co-evolução dos homens e a bacia, percebendo como as características físico-naturais assumem diferentes perspectivas para os homens em suas temporalidades. Assim, por exemplo, as corredeiras foram e são para os grupos indígenas da bacia locais nos quais são construídas as armadilhas para os peixes, os pari; foram empecilhos que dificultavam as perspectivas de navegação ao longo do século XIX; são percebidas como locais promissores para a transformação da energia em eletricidade e, nos estudos científicos, constituem-se em locais de ‘depuração’ das águas do rio. Mais recentemente as cachoeiras e corredeiras passaram a ser consideradas como locais valorizados para a prática de ‘esportes radicais’ como o ‘rafting’ e o ‘rapel’.

O conceito de bacia hidrográfica possibilita, portanto, o estabelecimento de uma organização explicativa para os processos de co-evolução e, conseqüentemente, uma metodologia de pesquisa e seleção de corpos documentais. Porém, parece escapar as dimensões simbólicas, construídas pelas diversas populações que habitaram, ou se movimentaram, ao longo da área de drenagem. Para dar conta desta dimensão é necessário o recurso a uma outra modalidade de delimitação espacial. A noção de território seria mais ampla e mais adequada, pois envolve ao mesmo tempo os aspectos naturais e as populações:

[...] territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” ou *homeland* (...). O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. Para analisar o território de qualquer grupo, portanto, precisa-se de uma abordagem histórica que trata do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado.¹⁶

¹⁶ LITTLE, Paul Elliot. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade*. Brasília: Unb, 2002. (Série Antropológica, 322). p. 3-4.

Os territórios são resultados de relações sociais historicamente estabelecidas que condicionam, transformam e “imaginam” a natureza. Eles são resultados das relações concretas estabelecidas entre populações e a natureza. Os movimentos populacionais impulsionam a construção e reconstrução de territórios, sejam eles suportes para os estados-nação modernos, secundados pelas suas unidades menores, as províncias/estados; ou para os regionalismos, ou ainda, para noções territoriais de outras populações, como os grupos indígenas. O processo de construção de territórios é sempre conflituoso, pois envolve competição com outras populações e outras concepções territoriais, que são concretamente, formas diferenciadas de apropriação e representação do ambiente natural. Entretanto, conforme nos alerta Milton Santos, nos tempos do “meio ‘tecnico-científico-informacional’ as decisões que afetam a natureza não necessariamente são tomadas no próprio espaço, como, por exemplo, a demanda por energia elétrica e a construção de barragens.”¹⁷

Até aqui, argumentou-se que é necessário à história ambiental encontrar meios de definição adequada para o suporte físico de seu estudo. Em um sentido oposto, alguns geógrafos têm apontado que a escolha de uma espacialidade pode prescindir de um recorte com um grau elevado de homogeneização nos substratos naturais, colocando a questão de como a ação antrópica cria paisagens homogêneas e, a partir daí, redefine as relações humanas como a natureza recriada, ou ainda, como apesar da diversidade das condições naturais a ação antrópica, condicionada pelas formas de apropriação da natureza organizadas e determinadas pelo movimento do capital, repetem padrões de comportamento, mas produzindo resultados diferenciados a médio e curto prazo.

Messias Modesto dos Passos (2006), em uma proposta de estudo de “eco-história”, escolheu uma região formada pelo extremo Sudoeste Paulista (Pontal do Paranapanema), o Noroeste Paranaense (microrregião de Paranavaí) e Sudeste do Mato Grosso do Sul, espaços bastante diversos quanto a sua formação natural, embora partilhem algumas características, como a ocorrência do arenito Caiua. Poderíamos acrescentar, outra característica comum: fazem parte de um setor da grande bacia do rio

¹⁷ SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. p.190-192.

Paraná, especificamente na foz do rio Paranapanema no rio Paraná. O autor reconhece inicialmente a diversidade da formação natural dos agentes e atores que constituíram a atual paisagem das regiões escolhidas, mas sua finalidade é ao final perceber a diferenciação como forma de estabelecer políticas e práticas de integração. Sua finalidade:

[...] foi o de entendermos os dinamismos de cada parcela e suas relações com os contextos socioeconômicos e políticos nacionais, porque são “regiões” comandadas por decisões externas(...). É possível, a partir do diagnóstico efetuado, prevermos que a infraestrutura criada através das obras compensatórias e mitigatórias realizadas pela Companhia Energética de São Paulo - CESP (barragens, pontes, estradas asfaltadas etc.) e do projeto de valorização/revalorização das terras areníticas “Programa Fronteiras do Arenito – mise em valeur” pela Cooperativa dos Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá – COCAMAR e, ainda, da atuação de outros agentes locais e regionais (Prefeituras Municipais, Agroindústrias de laranja, de mandioca, de frango etc.), dinamize os fluxos e integre a raia.¹⁸

Com estes objetivos Messias Modesto dos Passos propõe uma ‘eco-história’ para a região recorrendo a noções de “regiões fronteiriças”, “espaços fronteiriços”, “raia transfronteiriça”, noções que seriam, segundo o autor, pouco usadas pela geografia no Brasil, que preferiria a utilização de unidades administrativas ou de micro-regiões definidas pelo IBGE, por serem mais práticas.¹⁹ Passos pressupõe que as ‘fronteiras’ são raias, isto é, áreas de intergradação onde os processos se manifestam segundo uma lógica de descontinuidade objetiva da paisagem ou, ainda, segundo uma impermeabilidade muito acentuada entre as parcelas do território submetidas às definições e redefinições territoriais mais ou menos independentes.²⁰

¹⁸ PASSOS, Messias Modesto. Das potencialidades à evolução paisagística no noroeste do Paraná: uma aproximação. *Geografia*, Londrina, v. 15, n. 1, jan./jun. 2006. p. 173.

¹⁹ *Ibid.*, p. 174.

²⁰ Apesar de mencionar o objetivo de realizar uma ‘eco-história’, o que nos parece indicar uma aproximação com a história ambiental, Passos não desenvolve ao longo de seu texto nenhuma reflexão ou comentários sobre o que ele entenderia sobre os seus significados.

A estratégia utilizada por Passos é a de fazer uma análise, centrada na região noroeste do Paraná, apontando suas diferenças com as outras regiões apontadas a partir do “estudo do arcabouço” sobre o qual evolui a paisagem, isto é, o substrato geológico-geomorfológico que constitui o suporte da atual paisagem do Noroeste Paranaense. A evolução do “arcabouço” depende da compensação de forças e energias de vários processos, tanto internos quanto externos (tectogêneses, processos morfoclimáticos e antrópicos).²¹ Desenvolve então uma extensa descrição quanto à composição do relevo; suas composições geológicas; as condições pedológicas; do clima; da vegetação e sua importância na formação paisagística; da cobertura vegetal atual.

Em alguns momentos de sua análise aparecem algumas das possíveis condicionantes do meio físico ao processo de transformação da natureza em terra, conforme Karl Polanyi. Ao comentar a composição do solo do noroeste do Paraná, Passos avança análises sobre as possíveis motivações para a escolha desta ou daquela área para plantio do café, durante o período do que ele denominou de ‘colonização moderna’, isto é, o período posterior aos anos de 1940:

O Noroeste Paranaense beneficia-se da ocorrência de dois tipos de solos de excelentes propriedades para o cultivo do café: a terra roxa legítima e a terra roxa mista. A terra-roxa legítima aparece principalmente nos espigões, enquanto a terra roxa mista é mais encontrada nos vales, nas áreas vizinhas ao arenito Caiuá. Na área em que o basalto é capeado pelo arenito, há inversão da disposição, aparecendo a terra roxa nos vales, enquanto os espigões têm solos arenosos. Essa compartimentação tem grande impacto na cultura cafeeira, ou seja, o produtor tem que optar em cultivar as áreas altas menos férteis ou assumir os riscos das geadas nas terras baixas mais férteis.²²

Portanto, a composição e características do solo, do clima e sua disposição em termos de espacialidade torna-se uma importante ferramenta para que o autor explicita uma possível explicação para as formas como os homens empenhados na cultura do

²¹ PASSOS, Messias Modesto. Op. cit., p. 176.

²² Ibid., p. 180.

café constituíram a paisagem da cafeicultura na região em questão, que o autor denominou de Noroeste do Paraná. A definição da região como “noroeste” não parece ser um problema para Passos, pois em nota de esclarecimento ele afirma:

A zona 5-b [forma de denominação estabelecida por Reinhardt Mack] é mais reconhecida pelas especificidades das condições naturais (terra roxa) e do processo de ocupação (cultura cafeeira) que ao longo do processo de ocupação pioneira forjou uma identidade “o Norte do Paraná”, uma expressão econômica e paisagística cujos limites são bastante precisos ao norte (Rio Paranapanema), a leste (Rio Itararé) e a oeste (Rio Paraná) restando, contudo, uma certa ambigüidade em precisar os limites ao sul.²³

É certo que a preocupação do autor não é a discussão da constituição dessa região enquanto suporte de identidades sobre as quais operam discursos diversos, inclusive o científico. Mas ao mencionar a identidade ‘norte do Paraná’ incorpora todos os significados implícitos nessa definição. Entre eles, o mais forte como construtor de memórias sobre as formas como se deu o processo de transformação da paisagem no século XX, é a idéia de um “planejamento”, ou de um projeto de colonização privado amplamente bem sucedido, que teria por características diferenciadoras a “pequena propriedade”, a cultura do café, a existência de um “ethos” de empreendedorismo entre os “pioneiros”. A transformação desta parte do bioma Mata Atlântica em mercadoria fictícia foi uma das mais rápidas e violentas das que aconteceram no século XX. Entre as justificativas ideológicas desse processo encontra-se a idéia de que a transformação da natureza em um “ecossistema” reorganizado para produção agrícola teria resultado em progresso: estradas, cidades, pontes, etc. Antes o espaço da “selva”, ou da floresta seria “virgem”, atrasado, ermo, vazio. Volta-se, então, ao problema da incorporação de definições espaciais e suas implicações para a análise dentro da “eco-história”.

A proposta de Messias Modesto Passos procurando encontrar na paisagem contemporânea elementos de identidade para formular “políticas de integração

²³ Ibid., p. 203. Existe uma considerável bibliografia crítica sobre o surgimento, construção e utilização da idéia de ‘norte do Paraná’. Um dos autores, Nelson Dácio Tomazi, a definiu como uma ‘fantasmagoria’. Ver: TOMAZI, Nelson Dácio. Op. cit.

regional”, aponta que, talvez, a busca pela história ambiental de uma definição por uma espacialidade, um suporte natural com certa dose de homogeneidade, não necessite partir das condições naturais:

A paisagem é a fisionomia de uma região. É nela que as relações sociedade natureza se materializam. As fotos são reveladoras de três unidades distintas, onde a estrutura sócio-econômica atuou e atua sobre a estrutura geoecológica para construir a paisagem atual. O pouco tempo de permanência de um mesmo modelo/padrão de ocupação regional é o grande responsável pela ausência de sinais mais marcantes da história paisagística na raia divisória.²⁴

Apesar da velocidade de transformação da natureza em terra e, posteriormente, a constante substituição de uma paisagem agrícola por outra, embora não tenham deixados ‘restos’ que permitam claramente sua identificação, é possível perceber em um determinado período de tempo a existência de uma paisagem homogênea, e isto é o que importa para o campo de pesquisa da história ambiental. A cafeicultura, a pecuária, a sojicultura, os canaviais, em grandes ou pequenas propriedades são ‘paisagens’ cujas temporalidades históricas revelam determinada forma de apropriação da natureza para produção agrícola. Elas constituíram, em determinada periodização, uma paisagem homogênea, ou preponderante. Poder-se-ia, então, falar de uma ‘história ambiental da cafeicultura’, ou da ‘pecuária’, ou dos canaviais, pois estas formas de produção representam concretamente relações com a natureza, por parte de grupos sociais diferenciados. As mudanças e permanências de determinada paisagem, porém, deveria procurar explicações não somente no social, mas nas características físicas do espaço.

A história ambiental, porém, não pretende apenas um estudo da relação entre os homens e a natureza e seus impactos físicos propondo também o estudo da produção das formas simbólicas oriundas/decorrentes desta relação. A relação entre simbólico e real é bastante complexa e não obedece, conforme uma leitura empobrecedora, uma norma de determinação direta. Pierre, Bourdieu considera que é necessário lembrar das relações entre as ordens de discursos, ao classificarem/definirem um espaço social,

²⁴ PASSOS, Messias Modesto. Op. cit., p. 191.

Só se pode compreender esta forma particular de luta das classificações que é a luta pela definição da identidade “regional” ou “étnica” com a condição de se passar para além da oposição que a ciência deve primeiro operar, para romper com as pré-noções da sociologia espontânea, entre a representação e a realidade, e com a condição de se incluir no real a representação do real ou, mais exactamente, a luta das representações, no sentido de imagens mentais e também de manifestações sociais destinadas a manipular as imagens mentais (e até mesmo no sentido de delegações encarregadas de organizar as representações como manifestações capazes de modificar as representações mentais).²⁵

Essa abrangência da história ambiental havia sido apontado por Donald Worster na sua, já bastante conhecida, definição dos três níveis de estudo. O primeiro deles trataria do “...entendimento da natureza propriamente dita, tal como se organizou e funcionou no passado”; já no segundo patamar ou nível, encontraríamos o “...domínio do sócio-econômico na medida em que este interage com ambiente” e, no terceiro nível de análise, no campo da história ambiental, estaria o campo da cultura, que seria o nível mais intangível e “exclusivamente humano”, “...puramente mental ou intelectual, no qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza.”²⁶ Para se aproximar dos aspectos simbólicos existentes nas relações entre as sociedades e a natureza pode-se buscar noções e conceitos em campos disciplinares próximos à história. A noção de paisagem, assim como o de região, profundamente enraizado no campo da geografia, pode abrir variadas perspectivas de análise.

As paisagens são artefatos da cultura historicamente determinados, transformando-se com as próprias sociedades que os criam. São compostas de camadas de representações, das quais algumas possuem suas origens a centenas, às vezes, milhares de anos, e outras são tão recentes quanto o presente:

²⁵ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989. p. 113.

²⁶ WORSTER, Donald. Op. cit., p. 201-202.

Compõe-se tanto de camadas de lembranças quando de estratos de rochas.(...) Mas também é verdade que nos custa imaginar um único sistema natural que a cultura humana não tenha modificado substancialmente, para melhor ou para pior. E isso não é obra apenas dos séculos industriais. Vem acontecendo desde a antiga Mesopotâmia. È contemporâneo da escrita, de toda a nossa existência social. E esse mundo irreversivelmente modificado, das calotas polares às florestas equatoriais, é toda a natureza que temos.²⁷

O termo e o conceito “paisagem” é polissêmico e vêm sendo usado por vários campos do conhecimento, especialmente a geografia. Paul Claval (2004), entre outros, entende que “os geógrafos se interessaram pelas paisagens desde que sua disciplina foi constituída: é através deles que os viajantes, que se utilizam da geografia, apreendem a natureza das regiões que percorrem.”²⁸

Para Mathew Gandy, “paisagem é um dos temas recorrentes do pensamento geográfico” e já no século XVIII geógrafos como Humboldt e Ritter concebiam a paisagem como uma “(...) interação da natureza (física) e da cultura.”²⁹ No entanto, essa relação em determinados casos levou a uma perspectiva determinista, “até mesmo reacionária”³⁰ como será visto adiante. Alguns geógrafos, porém, como Sauer, conseguiram escapar desse determinismo enfatizando os elementos da cultura na determinação da paisagem. Para Gandy, nos anos de 1970 “...o estudos geográficos afastaram-se claramente dessas concepções, fazendo da paisagem um conceito organizacional”(idem, p. 76). O autor faz uma aproximação com os “...recentes desenvolvimentos da história do meio ambiente”: “Na nova história ambiental, qualquer que seja ela, continuamos a levar em consideração os determinantes estruturais da história da paisagem. Mas também atribuímos maior atenção à ação antrópica e à dos processos físicos naturais.”(idem, p. 77).

Como a paisagem é um dos resultados das relações entre os homens e a natureza, um produto social, forma de percebê-la majoritariamente aceita, os problemas

²⁷ SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. p. 17.

²⁸ CLAVAL, Paul. A paisagem dos geógrafos. In: CORREA, Roberto Lobato e ROSENDAAHL, Zeny (Orgs.). *Paisagens, textos e identidades*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004. p. 16.

²⁹ GANDY, Mathew. Paisagem, estética e ideologia. In: CORREA, Roberto Lobato e ROSENDAAHL, Zeny (Orgs.). *Paisagens, textos e identidades*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004. p. 75.

³⁰ Ibid., p. 76.

inerentes a esse conceito envolvem tanto a história como a geografia. A superação da percepção dicotômica ou reducionista é um desafio para as duas áreas. Se, como na história ambiental, existe o risco de romantizar ou idealizar a natureza, para a geografia também existem riscos. Gandy faz questão de demonstrar a relação existente entre paisagem e poder, ou entre paisagem e ideologia:

[...] segundo Mitchel, a paisagem não é apenas um tipo particular de expressão cultural da realidade, mas um meio de reforçar uma ideologia dominante em uma determinada sociedade. (...) É também a reprodução inconsciente de determinados modos de pensamento que religam a ideologia ao poder simbólico da natureza, definido como um conjunto preexistente de símbolos e significados (...) A paisagem é fundamentalmente política: toda mudança social constitui, na verdade, um desafio às concepções preexistentes da natureza e às suas representações simbólicas na paisagem.³¹

Por sua vez Gandy considera o conceito como central no campo das ciências humanas:

A paisagem ocupa um lugar central nas ciências que utilizam a dialética da natureza e da cultura como um meio de explicitar as interações e os elementos comuns da esfera biofísica e dos sistemas sociais. A paisagem é um fator determinante do caráter social e cultural das sociedades. Isso não significa que o campo da atividade humana é determinado pela moldura material do meio ambiente, mas sobretudo que a paisagem é o lugar de superposição de jogos de poderes e de símbolos que têm influência na imaginação dos homens.³²

Existe então uma aproximação entre a perspectiva aberta pela história ambiental e o conceito de paisagem como um dos elementos resultantes das relações estabelecidas entre as sociedades e a natureza. Um componente do imaginário social, mas também capaz de alterar a própria organização do espaço, ou seja, a própria

³¹ Ibid., p. 80.

³² Ibid., p. 85-86.

natureza. A paisagem não seria apenas uma projeção de algo que se deseja, mas também aquilo que estabelece uma ligação entre a memória/passado da apropriação da natureza com o futuro dessa mesma ligação, os desejos, os projetos futuros de sua apropriação.

Não cabe, neste artigo, retomar o longo caminho percorrido pelo conceito de paisagem e o seu uso entre os geógrafos e outras áreas, mas é importante destacar alguns dos perigos decorrentes de como conceito de paisagem foi assimilado em determinados momentos. Durante o período da Alemanha nazista, a idéia de paisagem assumiu uma perspectiva de raça pura, ou de “paisagem pura ariana”; evidenciada na afirmação de um dos apologistas do conceito nacional-socialista de paisagem, Erhard Mäding, em seu livro intitulado *Landespflege*, (Cultivo da terra), publicado em Berlim em 1942:

[...] a configuração da paisagem torna-se uma missão cultural de importância vital na atualidade. A atividade de dar forma à paisagem ultrapassa em muito as condições de vida físicas e orgânicas. Os alemães serão o primeiro povo ocidental a imprimir na paisagem também a sua alma e assim, pela primeira vez na história da humanidade, será alcançada uma forma de vida em que um povo conscientemente auto-determina, de maneira abrangente, as condições locais de seu bem-estar físico e psíquico.³³

Paul Claval, após percorrer a longa trajetória do conceito de paisagem do século XIX até os anos de 1970, afirmou:

O geógrafo não estuda mais apenas a paisagem como realidade objetiva. Preocupa-se com a maneira como a paisagem está carregada de sentido, investida de afetividade por aqueles que vivem nela ou que a descobrem. O que faz as pessoas sonharem com as praias, com o sol, com os mares do Sul e os coqueiros?³⁴

³³ GRÖNING, Gert. A Questionabilidade do Conceito de Paisagem. *Revista RA E GA*, Curitiba, n. 8, p. 9-18, 2004. p.13.

³⁴ Claval, Paul. Op. cit., p. 52.

A paisagem não produziria somente sentidos ou desejos mas também investimentos afetivos:

Certas porções do espaço são objeto de um investimento afetivo mais profundo do que outras: por que as pessoas têm necessidade de construir monumentos? (...) Por que as pessoas consideram alguns acidentes da topografia, certas construções, como lugares nobres? Por que valorizam determinados elementos da paisagem e os consideram como elementos de um patrimônio cuja preservação lhes parece essencial para preservar sua integridade?³⁵

Mais recentemente, uma das mais instigantes contribuições na discussão sobre paisagem talvez tenha sido as “paisagens do medo” efetivada por Yu-Fu Tuan. Para Tuan o medo seria sentido por todos os “animais superiores”: ansiedades e medos que se configurariam em imaginários, em ‘paisagens do medo’. Conhecem-no como uma indicação de perigo necessária para a sobrevivência. Nós tendemos a suprimir esse fato da consciência. A explicação talvez seja encontrada na necessidade de preservar a natureza como um lugar de inocência, de refúgio. Flores e seixos em lugares como uma praia, por exemplo, aparecem-nos como tranqüilizadores. Alguns animais em certas atitudes representam uma placidez maternal como uma gata amamentando ou uma vaca pastando em um campo verde, entretanto esta placidez no mundo animal é apenas ilusória.³⁶

O medo é um sentimento, embora possa ser percebido como instinto. Exceptuando-se casos patológicos, como a esquizofrenia, ele é resultado da construção social e, nesse sentido, pode ser estudado como fruto da cultura, como paisagem. Estas paisagens do medo, para Yu-Fu Tuan, são inúmeras, quase infinitas, provenientes das forças do caos, naturais e humanas. Assim, praticamente toda a construção humana, sendo material ou imaterial, é um componente da paisagem do medo, pois deve sua existência à tentativa de conter o caos.³⁷

³⁵ Ibid., p. 52-53.

³⁶ TUAN, Yi-Fu. *Paisagens do medo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2005. p. 8.

³⁷ Ibid., p. 12.

Nos contos de fadas, nas lendas dos adultos, nos mitos cosmológicos, bem como nos sistemas filosóficos, podem ser encontrados refúgios “construídos pela mente nos quais os homens podem descansar, pelo menos temporariamente, do assédio de experiências novas e da dúvida”.³⁸ As moradias são fortalezas construídas para defender os seres humanos da natureza e seus elementos. Assim, também o são todos os campos cultivados, os quais são “arreatados da natureza que procurará destruí-los se não houver um incessante esforço humano.” Os seres humanos constroem fronteiras, como cercas vivas dos jardins, muralhas nas cidades, sistema de radares com a finalidade ou a “tentativa de manter controladas as forças hostis.”³⁹

Para Yu-Fu Tuan seria impossível estudar as paisagens do medo sem o campo da história, pois a temporalidade é necessária para a sua investigação. Para ele as paisagens do medo não são permanentes e imutáveis: “Por isso é necessário abordar as paisagens do medo tanto da perspectiva do indivíduo quanto do grupo, e colocá-las, ainda que sob a forma de tentativa, em marco histórico”.⁴⁰ Ele considera que: “Uma natureza externa que parecia toda poderosa e difícil de prever era uma das principais causas de insegurança humana e medo nos tempos pré-históricos, nas civilizações arcaicas e nas sociedades tribais e tradicionais.”⁴¹ Parece, entretanto, que este medo, não se refere apenas as sociedades mencionadas pelo autor. As ameaças da crise ecológica, da catástrofe ecológica e do aquecimento global podem ser comparadas ao mesmo tipo de paisagem do medo da natureza percebida por aqueles grupos sociais. Talvez o componente de diferenciação seja a origem da ameaça: resultado da tentativa de controle e não da falta de controle da natureza pelos humanos.

Foi, provavelmente, sob o signo da ‘paisagem do medo’ que emergiu e se disseminou a ‘era da ecologia’ no pós- Segunda Guerra Mundial. Em outros termos, a sensibilidade moderna sobre o ambiente, o ecologismo/ambientalismo, derivaria do medo de que a humanidade estaria colocando em risco a sobrevivência da espécie na terra devido aos processos de transformação e degradação provocados pelas relações

³⁸ Ibid.

³⁹ Ibid.

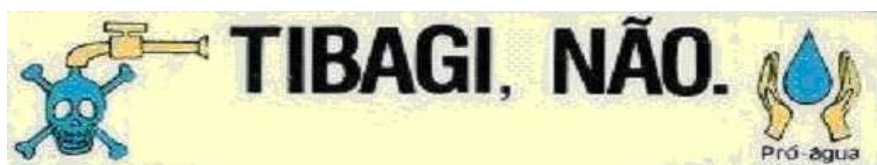
⁴⁰ Ibid., p. 14-15.

⁴¹ Ibid., p. 117.

entre os humanos e o meio natural. Uma das evidências que comprovaria essa hipótese está nos argumentos utilizados por Donald Worster na sua análise do surgimento da era da ecologia. Segundo ele, foi após e em decorrência dos estudos dos efeitos da radiação atômica realizados nos Estados Unidos da América após as primeiras explosões, que os cientistas norte-americanos começaram a se mobilizar para denunciar os riscos das armas atômicas.⁴²

Foi, por exemplo, o medo de beber a água captada do rio Tibagi, sistematicamente denunciada como poluída, que motivou parte da população, sindicalistas, ambientalistas e autoridades a se mobilizar contra um projeto de captação das águas daquele rio para o abastecimento da cidade de Londrina na década de 1970 e 1980. Um dos movimentos de oposição ao Projeto Tibagi foi auto-nomeado como “Pró-Água”, coordenado pelo Sindicato dos Engenheiros de Londrina e pela APPEMMA. Mobilizou mais de 40 entidades de Londrina e Cambe e promoveu ações judiciais, debates públicos, mobilizações, etc. Uma das imagens produzidas durante um dos momentos de mobilização, em meados dos anos de 1980, nos mostra claramente o medo implícito que estaria motivando a ação.

Figura 1



A cristalização da paisagem do medo era direta e objetiva. A inocente água que todos os dias sai das torneiras domésticas, um gesto banal e cotidiano, poderia se tornar numa arma mortífera. Em contrapartida, a gota d’água protegida pelas mãos em gestos que lembram rituais religiosos da Igreja Católica evocando a pureza e o sagrado.

Embora esta análise parta de uma abstração criada pelos humanos, a “água potável”, ela encaminha-se no sentido de perceber o imaginário criado sobre uma das

⁴² WORSTER, Donald. Op. cit., p.334.

prováveis fontes de fornecimento naquele momento e lugar, o rio Tibagi. Trata-se, portanto, do imaginário social sobre o rio. Desta forma, tornam-se fundamentais as proposições de Lucien Febvre⁴³ para quem diante dos mitos, poder-se-ia dizer, imaginários, criados em torno de um rio seria necessário questionar o modo como são olhados e quais qualidades ou empecilhos são percebidos em cada momento histórico na natureza do rio.

Neste sentido, não seria possível estudar o rio Tibagi, dentro do campo da história ambiental, separando a sua realidade física dos significados produzidos pelos humanos. Poder-se-ia dizer que o rio Tibagi não existe fora desta articulação. Mesmo se considerarmos as definições dadas pelo campo da geologia não escaparemos do fato básico: é a nossa cultura que nomeia, revela, dá significado, estabelece padrões de comparações, como por exemplo, água pura *versus* água poluída.

A utilização de conceitos e noções de outras áreas disciplinares é de fundamental importância para a análise pretendida pela história ambiental. As noções de ‘bacia hidrográfica’, ‘territórios’, ‘raias e regiões transfronteiriças’ e ‘paisagem’ mostram a necessidade da interdisciplinaridade para o estudo das relações entre as sociedades e a natureza. Porém, o uso dessas noções não pode nos fazer esquecer que todas elas devem ser absorvidas incorporando aquilo que, como foi mencionado anteriormente, seria o principal veio do fazer histórico: a determinação das permanências e mudanças significativas, isto é, da historicidade.

⁴³ FEBVRE, Lucien. Op. cit., p.71.